



# Portaria que define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua

**NOTA TÉCNICA****15/2011****INTRODUÇÃO**

Durante uma das reuniões do GT de atenção da CIT que discutia a Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, o Ministério da Saúde - MS apresentou uma proposta de implantação de Consultórios na Rua, uma experiência que já existe em alguns municípios brasileiros.

Naquela ocasião o MS solicitou que fosse incluído na PNAB, mas propôs que a discussão sobre a proposta acontecesse quando da discussão da Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com transtornos mentais e outros decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.

Nesse sentido o GT de Atenção à Saúde da CIT reuniu-se no dia 05/12 para discutir a minuta de portaria apresentada.

**PROPOSTA**

O MS apresenta 2 minutas de portarias. A primeira, define os **conceitos** de funcionamento das equipes dos Consultórios na Rua (eCR), instituídas pela Política Nacional de Atenção Básica, e que integram o componente atenção básica da Rede de Atenção Psico-social e a segunda, o cálculo do número máximo de equipes de consultório na rua por município.

**DESTAQUES DA PROPOSTA**

1. As equipes do Consultório na Rua desenvolvem ações de Atenção Básica.
2. São dotadas de composição multiprofissional e lidam com os diferentes problemas e necessidades de saúde da população em situação de rua. Poderão compor os Consultórios na Rua as seguintes profissões: Enfermeiro, Psicólogo, Assistente Social, Terapeuta Ocupacional, Médico, **Agente Social**, Técnico ou Auxiliar de Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal.

3. Deverão realizar suas atividades *in locu*, de forma itinerante, compartilhadas e integradas às UBS, CAPS e outros pontos de atenção.
4. Devem incluir a busca ativa e o cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas.
5. Entende-se por Agente Social: profissional que desempenhe atividades que visam garantir a atenção, a defesa e a proteção às pessoas em situação de risco pessoal e social, assim como aproximar as equipes dos valores, modos de vida e cultura das pessoas em situação de rua. É necessário que este profissional tenha habilidades e competências para: trabalhar junto a usuários de álcool, crack e outras drogas, agregando conhecimentos básicos sobre Redução de Danos, uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas; realizar atividades educativas e culturais (educativas e lúdicas); dispensação de insumos de proteção à saúde; encaminhamentos/mediação para Rede de Saúde e intersetorial; acompanhar o cuidado das pessoas em situação de rua. Recomenda-se ainda que este profissional tenha experiência em atenção a pessoas em situação de rua e/ou trajetória de vida em situação de rua.
6. Ficam definidas 3 Modalidades de consultórios na Rua: I, II e III
  - Modalidade I - equipe formada minimamente por 04 (quatro) profissionais sendo 02 (dois) profissionais de nível superior e 2 (dois) de nível médio, excetuando-se o profissional médico;
  - Modalidade II - é a equipe formada minimamente por 06 (seis) profissionais sendo 03 (três) de nível superior e 03 (três) de nível médio, excetuando-se o profissional médico;

- Modalidade III - é a equipe da Modalidade II acrescida de um profissional médico.
7. As equipes deverão cumprir a Carga Horária mínima semanal de 30 horas.
  8. O parâmetro utilizado para o número de equipes por municípios é de 1 equipe para cada 80 a 100 pessoas em situação de rua. (Ver Anexos II e III). No caso dos municípios com mais de 300 mil habitantes o cálculo do teto máximo das equipes de Consultórios na Rua terá como base os dados extraídos da Pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social (2008) e da Pesquisa sobre criança e adolescente em situação de rua, levantados pela Secretaria de Direitos Humanos (2011) (Ver Anexo V). Para os municípios com população entre 100 – 300 mil habitantes, terá como base uma estimativa da população em situação de rua realizada a partir do índice encontrado nas pesquisas citadas acima sobre pessoas em situação de rua e ponderado por estado. (Ver anexo VI).
  9. Os municípios e o Distrito Federal deverão seguir os processos descritos na PNAB para realizar a implantação, o credenciamento e o financiamento.
  10. As 92 equipes de consultórios na rua existentes, contempladas com financiamento oriundo das Chamadas de Seleção realizadas em 2010, pela Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas/DAPES/SAS/MS, também poderão ser cadastradas, a fim de receber o recurso. (Ver Anexo II).

**Financiamento**

Incentivo mensal de custeio para as equipes de consultório na rua, incluindo o transporte da equipe:

- Modalidade I - R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)
- Modalidade II - R\$ 13.000,00 (treze mil reais)
- Modalidade III – R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

**Algumas Considerações**

Esta proposta:

1. Atende a uma demanda do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.
2. Possibilita um financiamento adicional.
3. Chamamos a atenção para a forma do recrutamento do Agente Social.
4. Destacamos que no Art. 1º, é necessário rever a redação, como já tinha sido discutido e acordado no GT (retirar a expressão “os conceitos de funcionamento”).
5. Lembramos que houve um compromisso de republicar a PNAB, acordado na CIT, e passados 3 meses, tal fato ainda não aconteceu, inclusive nos considerandos desta minuta, consta a citada portaria.

## NOTA TÉCNICA

**57/2011**

### Anexo I

**PORTARIA Nº. x.xxx, DE XX DE XXXXX DE 2011.**

Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto no 7.053, de 23 de dezembro de 2009 – publicado no DOU 246, de 24 de dezembro de 2009 – que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política, do qual faz parte o Ministério da Saúde;

Considerando Portaria GM nº 3.305, 24 de dezembro de 2009, que instituiu o Comitê Técnico de saúde para a população de rua.

Considerando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, definida por meio da Portaria nº. 2.488, de 24 de outubro de 2011.

Considerando a lei 11.889, de 24 de dezembro de 2008, que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal - TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB;

Considerando a Portaria nº. 204/GM, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento;

Considerando a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde;

Considerando o Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor e dá outras providências;

**Considerando a Portaria XX, que institui a rede de cuidados de saúde mental 2011 ( não tem SIPAR)**

Considerando a Portaria Nº1028/GM/MS, de 1 de julho de 2005, que regulamenta as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência;

## NOTA TÉCNICA

57/2011

Considerando a demanda do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, de instituição de equipes de Saúde da Família (ESF) atendendo as especificidades dessa população;

Considerando a necessidade de integração intersetorial entre as Políticas de Saúde e as demais políticas públicas, visando a melhorar a capacidade de resposta às demandas e necessidades de saúde inerentes à população em situação de rua;

### R E S O L V E:

Art. 1º Definir, na forma abaixo, os conceitos de funcionamento das equipes dos Consultórios na Rua (eCR), instituídas pela Política Nacional de Atenção Básica, e que integram o componente atenção básica da Rede de Atenção Psico-social.

§ 1º As equipes dos Consultórios na Rua desenvolvem ações de Atenção Básica e devem seguir os fundamentos e as diretrizes definidos na Política Nacional de Atenção Básica.

§ 2º As equipes dos Consultórios na Rua são dotadas de composição multiprofissional e lidam com os diferentes problemas e necessidades de saúde da população em situação de rua.

§ 3º As equipes dos Consultórios na Rua deverão realizar suas atividades *in locu*, de forma itinerante, desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às unidades básicas e, quando necessário, também com as equipes dos CAPS, dos serviços de Urgência e Emergência e outros pontos de atenção de acordo com a necessidade do usuário.

§ 4º As equipes dos Consultórios na Rua deverão, além de atuar de forma itinerante, utilizar, quando necessário, as instalações das Unidades Básicas de Saúde do território.

§ 5º. As atividades das equipes dos consultórios na rua devem incluir a busca ativa e o cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas.

Art. 2º Ficam definidas, abaixo, as seguintes modalidades das equipes dos Consultórios na Rua:

**Modalidade I** – é a equipe formada minimamente por 04 (quatro) profissionais sendo 02 (dois) profissionais de nível superior e 2 (dois) de nível médio escolhido dentre aqueles elencados no § 1º deste artigo, excetuando-se o profissional médico;

**Modalidade II** – é a equipe formada minimamente por 06 (seis) profissionais sendo 03 (três) de nível superior e 03 (três) de nível médio escolhido dentre aqueles elencados no § 1º deste artigo, excetuando-se o profissional médico;

**Modalidade III** – é a equipe da Modalidade II acrescida de um profissional médico.

§ 1º Poderão compor os Consultórios na Rua as seguintes profissões constantes do Código Brasileiro de Ocupações – CBO: Enfermeiro; Psicólogo; Assistente Social, Terapeuta Ocupacional, Médico, Agente Social, Técnico ou Auxiliar de Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal.

§ 2º O Agente Social, quando houver, será considerado equivalente ao profissional de nível médio.

§ 3º A composição de cada modalidade poderá ter no máximo dois profissionais da mesma profissão, seja ele de nível superior ou médio.

§ 4º Entende-se por Agente Social: profissional que desempenhe atividades que visam garantir a atenção, a defesa e a proteção às pessoas em situação de risco pessoal e social, assim como aproximar as equipes dos valores, modos de vida e cultura das pessoas em situação de rua. É necessário que este profissional tenha habilidades e competências para: trabalhar junto a usuários de álcool, crack e outras drogas, agregando conhecimentos básicos sobre Redução de Danos, uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas; realizar atividades educativas e culturais (educativas e lúdicas); dispensação de insumos de proteção à saúde; encaminhamentos/mediação para Rede de Saúde e intersetorial; acompanhar o cuidado das pessoas em situação de rua. Recomenda-se ainda que este profissional tenha experiência em atenção a pessoas em situação de rua e/ou trajetória de vida em situação de rua.

§ 5º O Técnico em Saúde Bucal da equipe do consultório na rua deverá ser supervisionado por um cirurgião-dentista vinculado a equipe de Saúde da Família (ESF) ou de outra equipe de atenção básica da área correspondente à área de atuação do consultório na rua ou da UBS mais próxima da área de atuação, conforme definição do gestor local. Esta equipe deverá também se responsabilizar pelo atendimento da população e programar atividades em conjunto com o Técnico em Saúde Bucal da equipe do consultório na rua. A supervisão do cirurgião-dentista, direta ou indireta, será obrigatória em todas as atividades.



**NOTA TÉCNICA**

**57/2011**

---

§ 6º Todas as modalidades de equipes de Consultório na Rua poderão agregar equipes do Programa de Agentes Comunitários, complementando suas ações.

§ 7º As equipes de saúde da família que atendem pessoas em situação de rua poderão ter sua habilitação modificada para Equipe de Consultório na Rua, respeitando os parâmetros de adscrição de clientela e de composição profissional previstos para as respectivas modalidades.

Art. 3º Definir que as equipes dos Consultórios na Rua deverão cumprir a Carga Horária mínima semanal de 30 horas.

Parágrafo único: o horário de funcionamento deverá ser adequado às demandas das pessoas em situação de rua, podendo ocorrer em período diurno e/ou noturno em qualquer dia da semana.

Art 4º. Para cálculo do número máximo de equipes de Consultórios na Rua por município, serão tomados como base os dados dos censos populacionais, relacionados à população em situação de rua, realizados por órgãos oficiais e reconhecidos pelo Departamento de Atenção Básica / SAS / MS.

§ 1º O número de equipes por município será publicado em portaria específica, de acordo com os censos populacionais vigentes relacionados à população em situação de rua.

§ 2º O parâmetro adotado será de uma (1) equipe de consultório na rua a cada 80 a 1000 pessoas em situação de rua, conforme faixas do anexo II.

§ 3º As 92 equipes de consultórios de rua constantes no Anexo I desta Portaria, contempladas com financiamento oriundo das Chamadas de Seleção realizadas em 2010 pela Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas/DAPES/SAS/MS, também poderão ser cadastradas como equipes de consultórios na rua quando se adequarem as modalidades descritas no artigo 2º desta portaria e após os 12 meses de início do financiamento e da execução do recurso citado, a fim de passarem a receber o recurso da atenção básica de incentivo as equipes dos consultórios na rua.

Art. 4º Instituir incentivo mensal de custeio para as equipes de consultório na rua, conforme sua modalidade, incluindo o custeio para transporte da equipe, sendo que:

- Para Modalidade I será repassado o valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)
- Para Modalidade II será repassado o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais);
- Para Modalidade III será repassado o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

§ 1º O início do repasse mensal do incentivo ocorrerá após a publicação de portaria de habilitação que será emitida pelo Ministério da Saúde após a demonstração, pelo Município, do cadastramento da equipe consultório na rua no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e da alimentação de dados no Sistema de Informação vigente.

§ 2º O repasse constante do caput deste artigo será descontinuado no caso de ser comprovado por meio dos sistemas de informação, por monitoramento e/ou da supervisão direta do Ministério da Saúde ou da Secretaria de Estado da Saúde ou por auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS qualquer uma das situações descritas na Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 5º. É de responsabilidade do gestor municipal viabilizar veículo para que a equipe dos consultórios na rua possa realizar o cuidado *in locu* da população em situação de rua, conforme a Política Nacional de Atenção Básica.

**Parágrafo único:** O veículo destinado ao transporte dessa equipe deverá manter a identificação visual e o grafismo da equipe de consultório na rua de acordo com o padrão pactuado nacionalmente.

Art. 6º Os municípios e o Distrito Federal deverão seguir os processos descritos na Política Nacional de Atenção Básica para realizar a implantação, o credenciamento e o financiamento das equipes de consultórios na rua.

Art. 7º. Definir que o Ministério da Saúde publicará documentos de apoio à implementação das equipes de consultórios na rua em suas publicações.

**NOTA TÉCNICA****57/2011**

Art. 8º. As equipes dos consultórios na rua deverão ter acesso a processos de educação permanente, contemplando, dentre outros, a abordagem das diferentes necessidades de saúde da população em situação de rua bem como o desenvolvimento de competências para a prática da redução de danos.

Art. 9º Estabelecer que os recursos orçamentários objeto desta Portaria sejam transferidos de forma regular e automática, do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde e ao Fundo de Saúde do Distrito Federal, e que correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.1214.20AD - Piso de Atenção Básica Variável.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO II**

Região	Estado	Município	nº CR
CENTRO OESTE	DF	Brasília	3
	GO	Anápolis	1
		Aparecida de Goiânia	1
		Goiânia	4
	MG	Cuiabá	1
	MT	Várzea Grande	1
	MS	Corumbá	1
		Ponta Porã	1
NORTE	AC	Rio Branco	1
	AM	Manacapuru	1
		Manaus	1
	AP	Macapá	1
	PA	Belém	1
		Santarém	1
	RO	Porto Velho	1
NORDESTE	AL	Maceió	4
	BA	Salvador	4

**NOTA TÉCNICA**

**57/2011**

	CE	Fortaleza	3
	MA	Imperatriz	1
	PB	Campina Grande	1
		João Pessoa	2
	PE	Camaragibe	1
		Olinda	1
		Paulista	1
		Recife	1
	PI	Teresina	1
	RN	Natal	2
SUDESTE	ES	Serra	1
		Vila Velha	1
		Vitória	1
	MG	Barbacena	1
		Belo Horizonte	2
		Janaúba	1
		Juiz de Fora	1
		Montes Claros	1
		Uberaba	1
		Uberlândia	1
	RJ	Duque de Caxais	1
		Itaboraí	1
		Macaé	1
		Niterói	1
		Nova Iguaçu	1
		Resende	1
		Rio de Janeiro	2
	SP	Campinas	2
		Diadema	2
		Embu	1
Guarulhos		2	

**NOTA TÉCNICA**

**57/2011**

		Jundiaí	1
		Osasco	1
		Ribeirão Preto	1
		Santos	1
		São Bernardo do Campo	1
		São José do Rio Preto	1
		São José dos Campos	1
		São Paulo	2
		Sorocaba	1
		Suzano	1
		SUL	PR
Curitiba	1		
Maringá	1		
RS	Caxias do Sul		1
	Pelotas		1
	Porto Alegre		2
	Uruguaiana		1
	Viamão		1
SC	Blumenau		1
	Criciúma		1
	Florianópolis		1
	Joinville		1
TOTAL			92

**NOTA TÉCNICA****57/2011****ANEXO III**

<b>FAIXA</b>	<b>POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA</b>	<b>Nº DE EQUIPES</b>
1	80 - 1000	1
2	1001 - 2000	2
3	2001 - 3000	3
4	3001- 4000	4
5	4001- 5000	5
6	5001- 6000	6
7	6001- 7000	7
8	7001- 8000	8
9	8001- 9000	9
10	9001- 10000	10
11	10001 -11000	11
12	11001 -12000	12
13	12001 - 13000	13
14	13001 - 14000	14
15	14001- 15000	15
16	15001 - 16000	16

**Anexo IV**

**PORTARIA Nº. x.xxx, DE XX DE XXXXX DE 2011.**

Define o cálculo do número máximo de equipes de consultório na rua por município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

**Considerando a Portaria XXX**, que Define a composição, o processo de trabalho e o financiamento das equipes dos Consultórios na Rua

**R E S O L V E:**

Art 1º. Para o cálculo do teto máximo das equipes de Consultórios na Rua a que os municípios farão jus, serão tomados como base os dados dos censos populacionais vigentes , relacionados à população em situação de rua, realizados por órgãos oficiais e reconhecidos pelo Departamento de Atenção Básica / SAS / MS.

§ 1º Para os Municípios com mais de 300 mil habitantes o cálculo do teto máximo das equipes de Consultórios na Rua terá como base os dados extraídos da Pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social (2008) e da Pesquisa sobre criança e adolescente em situação de rua levantados pela Secretaria de Direitos Humanos (2011). O teto máximo de equipes definido para cada município está no anexo I desta portaria.

§ 2º Para os municípios entre 100 – 300 mil habitantes o cálculo do teto máximo das equipes de Consultórios na Rua terá como base uma estimativa da população em situação de rua realizada a partir do índice encontrado nas pesquisas citadas acima sobre pessoas em situação de rua e ponderado por estado. O teto máximo de equipes definido para cada município está no anexo II desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**NOTA TÉCNICA****57/2011****ANEXO V**

Municípios com mais de 300 mil habitantes.

UF	Código IBGE	Município	Teto máximo de equipes de CR
RO	110020	Porto Velho	1
AC	120040	Rio Branco	1
AM	130260	Manaus	1
PA	150080	Ananindeua	1
PA	150140	Belém	1
AP	160030	Macapá	1
MA	211130	São Luís	1
PI	221100	Teresina	1
CE	230370	Caucaia	1
CE	230440	Fortaleza	3
RN	240810	Natal	2
PB	250400	Campina Grande	1
PB	250750	João Pessoa	2
PE	260410	Caruaru	1
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	1
PE	260960	Olinda	1
PE	261070	Paulista	1
PE	261160	Recife	1
AL	270430	Maceió	4
SE	280030	Aracaju	1
BA	291080	Feira de Santana	1
BA	292740	Salvador	5
BA	293330	Vitória da Conquista	1
MG	310620	Belo Horizonte	2
MG	310670	Betim	0
MG	311860	Contagem	1



**NOTA TÉCNICA****57/2011**

MG	313670	Juiz de Fora	1
MG	314330	Montes Claros	1
MG	317020	Uberlândia	1
ES	320130	Cariacica	1
ES	320500	Serra	1
ES	320520	Vila Velha	1
ES	320530	Vitória	1
RJ	330045	Belford Roxo	1
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	1
RJ	330170	Duque de Caxias	1
RJ	330330	Niterói	1
RJ	330350	Nova Iguaçu	2
RJ	330455	Rio de Janeiro	5
RJ	330490	São Gonçalo	1
RJ	330510	São João de Meriti	1
SP	350600	Bauru	1
SP	350950	Campinas	2
SP	351060	Carapicuíba	1
SP	351380	Diadema	2
SP	351620	Franca	1
SP	351880	Guarulhos	2
SP	352310	Itaquaquecetuba	1
SP	352590	Jundiaí	1
SP	352940	Mauá	1
SP	353060	Mogi das Cruzes	1
SP	353440	Osasco	1
SP	353870	Piracicaba	1
SP	354340	Ribeirão Preto	1
SP	354780	Santo André	1
SP	354850	Santos	1
SP	354870	São Bernardo do Campo	1
SP	354980	São José do Rio Preto	1

**NOTA TÉCNICA****57/2011**

SP	354990	São José dos Campos	1
SP	355030	São Paulo	16
SP	355100	São Vicente	1
SP	355220	Sorocaba	1
PR	410690	Curitiba	4
PR	411370	Londrina	1
PR	411520	Maringá	1
PR	411990	Ponta Grossa	1
SC	420240	Blumenau	1
SC	420540	Florianópolis	1
SC	420910	Joinville	1
RS	430460	Canoas	1
RS	430510	Caxias do Sul	1
RS	431440	Pelotas	1
RS	431490	Porto Alegre	2
MS	500270	Campo Grande	1
MT	510340	Cuiabá	1
GO	520110	Anápolis	1
GO	520140	Aparecida de Goiânia	1
GO	520870	Goiânia	4
DF	530010	Brasília	3
Total			122

## NOTA TÉCNICA

**57/2011**

### ANEXO VI

Municípios entre 100 – 300 mil habitantes

UF	Código IBGE	Município	Teto máximo de equps de CR
RO	110012	Ji-Paraná	0
AM	130340	Parintins	0
RR	140010	Boa Vista	1
PA	150010	Abaetetuba	1
PA	150170	Bragança	1
PA	150210	Cametá	1
PA	150240	Castanhal	1
PA	150420	Marabá	1
PA	150442	Marituba	1
PA	150553	Parauapebas	1
PA	150680	Santarém	1
AP	160060	Santana	0
TO	170210	Araguaína	0
TO	172100	Palmas	1
MA	210005	Açailândia	0
MA	210120	Bacabal	0
MA	210300	Caxias	0
MA	210330	Codó	0
MA	210530	Imperatriz	1
MA	210750	Paço do Lumiar	0
MA	211120	São José de Ribamar	1
MA	211220	Timon	0
PI	220770	Parnaíba	1
CE	230420	Crato	1
CE	230640	Itapipoca	1
CE	230730	Juazeiro do Norte	1

**NOTA TÉCNICA****57/2011**

CE	230765	Maracanaú	1
CE	230770	Maranguape	1
CE	231290	Sobral	1
RN	240325	Parnamirim	1
RN	240800	Mossoró	1
PB	251080	Patos	1
PB	251370	Santa Rita	1
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	1
PE	260345	Camaragibe	1
PE	260600	Garanhuns	1
PE	260680	Igarassu	1
PE	261110	Petrolina	1
PE	261370	São Lourenço da Mata	1
PE	261640	Vitória de Santo Antão	1
AL	270030	Arapiraca	1
SE	280480	Nossa Senhora do Socorro	1
BA	290070	Alagoinhas	1
BA	290320	Barreiras	1
BA	290570	Camaçari	1
BA	291072	Eunápolis	1
BA	291360	Ilhéus	1
BA	291480	Itabuna	1
BA	291800	Jequié	1
BA	291840	Juazeiro	1
BA	291920	Lauro de Freitas	1
BA	292400	Paulo Afonso	1
BA	292530	Porto Seguro	1
BA	293070	Simões Filho	1
BA	293135	Teixeira de Freitas	1
MG	310350	Araguari	0
MG	310560	Barbacena	1
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	0

**NOTA TÉCNICA**

**57/2011**

MG	311940	Coronel Fabriciano	0
MG	312230	Divinópolis	1
MG	312770	Governador Valadares	1
MG	312980	Ibirité	1
MG	313130	Ipatinga	1
MG	313170	Itabira	0
MG	314390	Muriaé	0
MG	314790	Passos	0
MG	314800	Patos de Minas	1
MG	315180	Poços de Caldas	1
MG	315250	Pouso Alegre	1
MG	315460	Ribeirão das Neves	1
MG	315670	Sabará	0
MG	315780	Santa Luzia	1
MG	316720	Sete Lagoas	1
MG	316860	Teófilo Otoni	1
MG	316990	Ubá	0
MG	317010	Uberaba	1
MG	317070	Varginha	0
MG	317120	Vespasiano	0
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	1
ES	320150	Colatina	1
ES	320240	Guarapari	1
ES	320320	Linhares	1
ES	320490	São Mateus	1
RJ	330010	Angra dos Reis	1
RJ	330020	Araruama	1
RJ	330040	Barra Mansa	1
RJ	330070	Cabo Frio	1
RJ	330190	Itaboraí	1
RJ	330200	Itaguaí	1
RJ	330240	Macaé	1

**NOTA TÉCNICA****57/2011**

RJ	330250	Magé	1
RJ	330270	Maricá	1
RJ	330285	Mesquita	1
RJ	330320	Nilópolis	1
RJ	330340	Nova Friburgo	1
RJ	330390	Petrópolis	1
RJ	330414	Queimados	1
RJ	330420	Resende	1
RJ	330452	Rio das Ostras	1
RJ	330580	Teresópolis	1
RJ	330630	Volta Redonda	1
SP	350160	Americana	1
SP	350280	Araçatuba	1
SP	350320	Araraquara	1
SP	350330	Araras	1
SP	350410	Atibaia	1
SP	350550	Barretos	1
SP	350570	Barueri	1
SP	350650	Birigui	1
SP	350750	Botucatu	1
SP	350760	Bragança Paulista	1
SP	351050	Caraguatatuba	1
SP	351110	Catanduva	1
SP	351300	Cotia	1
SP	351350	Cubatão	1
SP	351500	Embu	1
SP	351570	Ferraz de Vasconcelos	1
SP	351630	Francisco Morato	1
SP	351640	Franco da Rocha	1
SP	351840	Guaratinguetá	1
SP	351870	Guarujá	1
SP	351907	Hortolândia	1

**NOTA TÉCNICA****57/2011**

SP	352050	Indaiatuba	1
SP	352220	Itapecerica da Serra	1
SP	352230	Itapetininga	1
SP	352250	Itapevi	1
SP	352340	Itatiba	1
SP	352390	Itu	1
SP	352440	Jacareí	1
SP	352500	Jandira	1
SP	352530	Jaú	1
SP	352690	Limeira	1
SP	352900	Marília	1
SP	353070	Mogi Guaçu	1
SP	353470	Ourinhos	1
SP	353800	Pindamonhangaba	1
SP	353980	Poá	1
SP	354100	Praia Grande	1
SP	354140	Presidente Prudente	1
SP	354330	Ribeirão Pires	1
SP	354390	Rio Claro	1
SP	354520	Salto	1
SP	354580	Santa Bárbara d'Oeste	1
SP	354730	Santana de Parnaíba	1
SP	354880	São Caetano do Sul	1
SP	354890	São Carlos	1
SP	355170	Sertãozinho	1
SP	355240	Sumaré	1
SP	355250	Suzano	1
SP	355280	Taboão da Serra	1
SP	355400	Tatuí	1
SP	355410	Taubaté	1
SP	355620	Valinhos	1
SP	355650	Várzea Paulista	1

**NOTA TÉCNICA****57/2011**

SP	355700	Votorantim	1
PR	410040	Almirante Tamandaré	1
PR	410140	Apucarana	1
PR	410150	Arapongas	1
PR	410180	Araucária	1
PR	410420	Campo Largo	1
PR	410480	Cascavel	1
PR	410580	Colombo	1
PR	410830	Foz do Iguaçu	1
PR	410940	Guarapuava	1
PR	411820	Paranaguá	1
PR	411915	Pinhais	1
PR	412550	São José dos Pinhais	1
PR	412770	Toledo	1
PR	412810	Umuarama	1
SC	420200	Balneário Camboriú	1
SC	420290	Brusque	1
SC	420420	Chapecó	1
SC	420460	Criciúma	1
SC	420820	Itajaí	1
SC	420890	Jaraguá do Sul	1
SC	420930	Lages	1
SC	421190	Palhoça	1
SC	421660	São José	1
RS	430060	Alvorada	1
RS	430160	Bagé	1
RS	430210	Bento Gonçalves	1
RS	430310	Cachoeirinha	1
RS	430920	Gravataí	1
RS	431340	Novo Hamburgo	1
RS	431410	Passo Fundo	1
RS	431560	Rio Grande	1



**NOTA TÉCNICA****57/2011**

RS	431680	Santa Cruz do Sul	1
RS	431690	Santa Maria	1
RS	431870	São Leopoldo	1
RS	432000	Sapucaia do Sul	1
RS	432240	Uruguaiana	1
RS	432300	Viamão	1
MS	500320	Corumbá	1
MS	500370	Dourados	1
MS	500830	Três Lagoas	0
MT	510760	Rondonópolis	1
MT	510790	Sinop	0
MT	510840	Várzea Grande	1
GO	520025	Águas Lindas de Goiás	1
GO	520800	Formosa	1
GO	521250	Luziânia	1
GO	521880	Rio Verde	1
GO	522140	Trindade	1
GO	522185	Valparaíso de Goiás	1
AM	130250	Manacapuru*	1
MG	313510	Janaúba*	1
MS	500660	Ponta Porã*	1
Total			185